

Operações no Selic movimentaram 4 trilhões de reais por dia em 2020

Volume financeiro registrado no sistema teve crescimento de 30,1%, segundo relatório

Quatro trilhões de reais por dia: este foi o volume financeiro movimentado, na média de 2020, no Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, operacionalizado pelo Demab (Departamento de Operações do Mercado Aberto) do Banco Central em parceria com a ANBIMA. O valor representa um crescimento de 30,1% em relação ao ano anterior. Foram mais de 25 mil operações diárias envolvendo títulos públicos federais. A quantidade total de leilões do Tesouro Nacional também teve aumento de 16,2%, chegando a 1.540 no ano (incluindo títulos, swaps cambiais e operações compromissadas). Os números estão no RAS – Relatório de Administração do Selic 2020, já disponível para consulta online.

[+ Acesse o Relatório](#)

“Entregar informações consolidadas, bem interpretadas, corretas e de qualidade é o principal objetivo do relatório”, diz Marcus Sucupira, chefe da Dicel – Divisão de Administração do Selic no Banco Central. Essa é a terceira edição do documento, que apresenta anualmente os resultados do sistema e de seus módulos complementares. Para o superintendente do Selic na ANBIMA, Francisco Vidinha, o produto atingiu a maturidade: “essa versão está bem estruturada, o modelo se consolidou, o processo está mais ágil e as informações estão disponíveis para o mercado de forma transparente e clara”, afirma.

Além dos números de 2020, o relatório traz o plano de ação para este ano. Entre os principais projetos em andamento, destacam-se a ferramenta de pre-matching, que irá automatizar a troca de informações entre contrapartes antes do registro das operações, e o planejamento da atualização tecnológica do Selic, que pela complexidade do sistema demanda um esforço de longo prazo. Para os próximos anos, estão previstas a modernização do módulo de integração com a contabilidade do Banco Central e a atualização do núcleo de processamento de operações.

O que é o Selic

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia é uma das infraestruturas do mercado financeiro brasileiro. É no Selic que ficam custodiados os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e são registradas e liquidadas em tempo real praticamente todas as operações com esses papéis. O sistema, juntamente com seus módulos complementares, é operacionalizado por meio de um convênio de cooperação entre o Banco Central e a ANBIMA.

[+ Saiba mais sobre a parceria entre Banco Central e ANBIMA](#)

Além da custódia de títulos e da liquidação das operações, o Selic faz o processamento dos leilões de títulos efetuados pelo Tesouro Nacional e de operações compromissadas e de contratos de swap cambial conduzidos pelo Banco Central.

A taxa Selic, que indica a taxa de juros básica no Brasil, é calculada diariamente e utilizada como referência para as ações de política monetária. Para seu cálculo, é feita a média ponderada do volume financeiro das taxas de juros de operações compromissadas com títulos públicos, no prazo de um dia útil.

Volume de emissões no mercado de capitais é o maior dos últimos dez anos para um primeiro trimestre

Total de R\$ 102 bi acumulado entre janeiro e março representa alta de 21,8% sobre o mesmo período do ano passado

As emissões das empresas brasileiras no mercado de capitais atingiram R\$ 102 bilhões no primeiro trimestre de 2021, o que representa alta de 21,8% em relação aos R\$ 83,8 bilhões registrados entre janeiro e março de 2020. De acordo com o [Boletim de Mercado de Capitais](#), o volume é o maior para o período desde o início da série histórica, em 2011. Só em março foram captados R\$ 53,1 bilhões, um aumento de 93,8% na comparação a fevereiro.

As operações de renda variável se destacam em 2021: o total de R\$ 33,4 bilhões também é o maior volume dos últimos dez anos para um primeiro trimestre. Deste montante, R\$ 21,8 bilhões vieram de IPOs (ofertas iniciais de ações), valor que equivale a quase metade do total captado no ano passado inteiro. O volume expressivo de ofertas iniciais realizadas em março (R\$ 18,2 bilhões) contribuiu para o resultado. Para os próximos meses, 50 IPOs estão em andamento.

“A maior parte dos recursos levantados em IPOs está indo para a capitalização das companhias, para contribuir com o crescimento de suas operações”, afirma José Eduardo Laloni, nosso vice-presidente. No trimestre, os fundos de investimento permanecem como principais subscritores das ofertas de ações colocadas em mercado, com 49,7% do volume total, seguidos pelos investidores estrangeiros, com 34,2%. “É uma mudança importante de cenário. Há poucos anos, os estrangeiros eram o público essencial dessas ofertas e agora o maior apetite é dos fundos locais”, diz.

[+ Confira a íntegra do Boletim de Mercado de Capitais](#)

Entre as debêntures, o volume de emissões entre janeiro e março deste ano (R\$ 31 bilhões) praticamente dobrou em relação ao mesmo período do ano passado (quando foram registrados R\$ 16,8 bilhões). Apenas em março, esse instrumento representou 26,9% do total emitido no mercado de capitais, parcela superada apenas pelos IPOs.

Os CRIs e os FIDCs se destacam entre os demais produtos de renda fixa, com volumes de R\$ 4,7 bilhões e de R\$ 14,8 bilhões, respectivamente. Os fundos imobiliários, híbridos entre renda fixa e variável, também tiveram resultados expressivos no trimestre: o total de emissões (R\$ 14 bilhões) está 29% acima do mesmo período de 2020. Só em março, os FIs alcançaram R\$ 6 bilhões, mais de três vezes acima do registrado em fevereiro (R\$ 1,4 bilhão), confirmando o momento positivo do segmento.

No mercado externo, as operações de renda fixa das empresas brasileiras (emissões de bonds) somam US\$ 7,6 bilhões em 2021 contra US\$ 8 bilhões do primeiro trimestre do ano passado.

Conheça nossas propostas à CVM sobre divulgação de demandas societárias

Sugestões à Instrução 480 incluem ampliação de prazos e melhor definição de conceitos

Enviamos sugestões à CVM, nesta segunda-feira, 12 de abril, sobre a [Instrução 480](#), que trata do registro de valores mobiliários. O regulador abriu uma [audiência pública](#) em que determina a divulgação obrigatória de demandas societárias pelas companhias, ou seja, avisar sobre processos judiciais ou arbitrais que envolvam a empresa, seus administradores, controladores ou mesmo os acionistas.

Nossa proposta buscou alinhar as mudanças ao dia a dia das instituições, para facilitar o cumprimento da regra. Foram duas sugestões principais: uma delas trata do aumento do prazo para divulgação. A audiência propõe que a companhia tenha três dias para dar publicidade do fato ao mercado a partir do dia em que toma conhecimento do processo. Nossa ideia é que sejam cinco dias úteis e que essa contagem comece quando a companhia se manifesta no processo, para que ela tenha tempo hábil para receber e responder a citação.

Também sugerimos alguns ajustes de redação para dar mais clareza ao conceito de demandas societárias ao mercado brasileiro, já que a proposta da autarquia se inspira em conceitos internacionais. Além disso, pedimos que o período de adaptação à regra se estenda para 180 dias (a previsão era entrar em vigor no mês seguinte à publicação da norma).

A audiência faz parte dos esforços da CVM para ampliar o nível de informações para acionistas minoritários. A nossa proposta foi elaborada por um grupo de trabalho com integrantes dos fóruns Jurídico e de Estruturação de Mercado de Capitais.

Associados são convocados para assembleia geral

Serão aprovadas as contas de 2020, as mudanças no Código de Processos e no Estatuto Social, além de ratificações do Código de Negociação de Instrumentos Financeiros

Os associados foram convocados nesta terça-feira, dia 13, para a nossa [assembleia geral ordinária e extraordinária](#).

A votação será aberta no dia 20 e aprovará as contas e demonstrações financeiras de 2020 e as mudanças no Estatuto Social e no Código de Processos, além de ratificar alterações no Código de Negociação de Instrumentos Financeiros. A mudança do Código dos Processos gerou adaptações em todos os nossos códigos de autorregulação e no Código de Ética.

[+ Consulte todo material em votação na assembleia](#)

Confira as principais mudanças:

Estatuto social: a diretoria passa a ter a atribuição de definir valores máximos das multas nos processos de ética e autorregulação – até então essa tarefa era responsabilidade do Conselho de Ética.

Código dos Processos: foram revistos os critérios e valores máximos para aplicação de multas e feitas alterações na forma de iniciar e julgar os processos.

Código de Negociação de Instrumentos Financeiros: a nova versão dá maior ênfase à conduta dos operadores e cria novas políticas de controles internos, sigilo de informações, gestão de risco, entre outras.

Votação

A assembleia será realizada entre os dias 20 e 28 de abril, por meio do sistema de votação online. O responsável por registrar o voto é o representante ANBIMA, que é o profissional designado pela instituição para ser o ponto focal do relacionamento com a associação. Os representantes receberão login e senha de acesso ao sistema no dia 20. O resultado será divulgado no final do dia 28.

Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail [Este endereço de e-mail está sendo protegido de spambots. Você precisa habilitar o JavaScript para visualizá-lo.](#)

Serviço:

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O que será votado? Aprovação de contas e demonstrações financeiras de 2020, nas mudanças do Estatuto Social e no Código de Processos e ratificação de mudanças nos códigos de autorregulação.

Como votar? Pelo sistema online da ANBIMA a partir do dia 20 de abril

Quando termina? 28 de abril

Quem vota? Representante ANBIMA, com login e senha enviados por e-mail

Fonte: ANBIMA, em 14.04.2021